

**GRUPO ESCOLAR TENENTE CORONEL JOSÉ CORREIA:
ARQUITETURA PEDAGÓGICA MODERNA NO ENSINO PRIMÁRIO
DA CIDADE DO ASSÚ/RN**

Gilson Lopes da Silva

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRN.

E-mail: gillopes2000@hotmail.com

Marlúcia Menezes de Paiva

Professora do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRN.

E-mail: mmarlupaiva3@gmail.com

RESUMO: Por meio deste trabalho, pretendemos analisar o processo de implantação do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia como um equipamento educacional de arquitetura moderna na cidade do Assú, interior do Rio Grande do Norte. Os grupos escolares foram criados no estado de São Paulo a partir dos primeiros anos de 1890 e representavam uma proposta educacional e pedagógica inovadora implantada pelo governo republicano, expandindo-se por todo o Brasil. Essas instituições de aspecto moderno para a época também tinham a finalidade de diferenciar o modelo educacional da República das escolas de primeiras letras existentes no Império, que funcionavam geralmente nas residências dos próprios professores. O Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia foi inaugurado no Assú no dia 07 de setembro de 1911. À época de sua implantação a cidade passava por um processo de transformação em seu espaço urbano impulsionado pelo crescimento da economia local, dado que era uma das principais produtoras de algodão e cera de carnaúba no interior do Rio Grande do Norte. A própria construção de um grupo escolar na cidade denota esse crescimento, pois esses prédios foram implantados inicialmente em áreas de desenvolvimento econômico crescente e acelerado. Os grupos escolares contavam com um espaço arquitetônico projetado de forma ampla e arejada, com salas de aula distintas para o sexo masculino e feminino, salas de direção e dos professores, latrinas, entre outros elementos importantes que denotam a sua importância no centro educacional da Primeira República.

Palavras-chave: Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, Arquitetura moderna, Cidade do Assú.

Introdução

Os grupos escolares surgiram no Estado de São Paulo a partir de 1894 com a criação do Grupo Escolar Escola-Modelo da Luz (MOREIRA, 2005, p. 93). Esse novo espaço educacional era constituído pela reunião ou agrupamento de três ou mais escolas regidas cada uma por um professor, compreendendo cursos infantil, elementar e complementar, sob a direção de um diretor e se consolidou em todo o Brasil. Antes da criação desses espaços educacionais, as aulas ocorriam geralmente nas residências dos próprios professores ou em

outros lugares insalubres e com condições ineficientes. Esse modelo educacional que marcou a educação pública no Brasil imperial é conhecido como Escolas de Primeiras Letras.

O primeiro grupo escolar do Rio Grande do Norte foi instalado na cidade de Natal. Moreira (2005), informa que o Grupo Escolar Augusto Severo foi criado pelo decreto nº 174 em 5 de março de 1908, no exercício do governo de Antônio José de Souza e Melo (1907-1908). E no ano seguinte foi instalada a Reforma da Instrução Pública (Lei n. 284 de 30 de novembro de 1909) na perspectiva de estabelecer diretrizes para o sistema de ensino público, no âmbito do ensino primário, secundário e normal, sob a responsabilidade do Estado. De acordo com o Decreto nº 198, de 10 de maio de 1909, o Grupo Escolar Augusto Severo também passa a ser a **Escola-Modelo** para outros grupos construídos no Estado.

Esses novos equipamentos de ensino primário se consolidaram principalmente porque também faziam parte do projeto de modernização do Rio Grande do Norte, juntamente com outros aspectos de melhoramento como “a abertura de estradas, a construção de linhas férreas, o aformoseamento de praças e ruas, a iluminação elétrica e as práticas de higienização e de civilidade da população” (SILVA, 2011, p. 56).

Moreira (2005, p. 110), ainda considera que a consolidação desses novos espaços de escolarização estava “intrinsecamente relacionadas às demandas políticas e às diferentes práticas econômicas” que se desenvolviam nas regiões de implantação e que estavam visivelmente correlacionadas “às localidades inscritas nas áreas da produção do açúcar e do algodão”, núcleos mais representativos do Estado do Rio Grande do Norte e mais fortes politicamente.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de implantação do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia como um equipamento educacional de arquitetura moderna na cidade do Assú, interior do Rio Grande do Norte. Como metodologia desenvolvemos levantamento bibliográfico e documental e análise dos mesmos. A principal fonte que utilizamos é uma edição do Jornal A República, publicado em setembro de 1911 com a notícia da festa de inauguração e uma descrição sobre a arquitetura completa e a divisão da espacialidade do grupo escolar. As reflexões teóricas estão embasadas no estudo de Azevedo e Stamatto (2012) sobre os grupos escolares.

Transformações e melhoramentos no espaço urbano da cidade do Assú

No início do século XX a cidade do Assú apresentava importantes aspectos de transformação e a implantação do novo modelo de funcionamento da educação primária

proposta pelo governo republicano acontece exatamente dentro do progresso econômico da cidade, impulsionado pela produção do algodão e a extração da cera de carnaúba.

Fazendo parte também das mudanças e inovações aplicadas no contexto urbano e nos serviços públicos os grupos escolares simbolizavam uma educação pública de qualidade para a população e expressava um modelo de pedagogia moderna do ideário republicano, em sintonia com as propostas de transformação que se desenvolviam por todo o país. De acordo com Bezerra (2010, p. 84):

A euforia da sociedade assuense na busca para desenvolver o município e ter condições de acompanhar o ritmo do Estado e do País era surpreendente. A alta estima do povo era algo louvável, digno de reconhecimento pela história. A cidade já contava com Blocos Carnavalescos de Rua (1902); Bandas de Música; Grupos de Teatro; Grupos Folclóricos os quais se apresentavam quando das festas juninas e natalinas; diversos jornalistas, poetas, músicos e artesãos os quais tinham a palha de carnaúba como matéria prima. Economicamente, o algodão e a cera de carnaúba já despontavam com suas primeiras grandes produções para exportações. O jornal A República, no ano de 1908, informou que o Rio grande do Norte tinha participado da Exposição Nacional de Produtos e que a produção de cera de carnaúba do Estado, naquele ano, tinha sido de 324.500 quilos destacando que o Assú sozinho produziu 160 mil quilos. Mas toda esta empolgação carecia de algo capaz de assegurar a elevação não só cultural, mas, acima de tudo a formação educacional da juventude assuense.

A ideia de implantação de um grupo escolar na cidade do Assú se deu a partir de 1910 sob a iniciativa do juiz de Direito José Correia de Araújo Furtado. Diante dos sinais de desenvolvimento pelos quais a cidade passava, José Correia percebeu o quanto era necessário um local apropriado que pudesse oferecer educação primária de qualidade para a população e realizou campanhas comunitárias para levar adiante o empreendimento. Bezerra (2006, p. 4) apresenta as seguintes informações:

O então Juiz de Direito da Comarca do Assú, Tenente Coronel José Correia, vendo a necessidade de a cidade dispor de um espaço físico para implantar uma instituição educacional para o ensino primário de crianças e jovens, encampou uma campanha para levantar recursos em prol das instalações de uma escola. Decorridos poucos meses de luta adquiriu, com o apoio de fazendeiros, amigos e a participação de influentes senhoras da comunidade, um prédio para funcionamento da primeira escola pública.

O intendente municipal era o coronel Antônio Saboya de Sá Leitão (1908-1913), que já vinha desenvolvendo importantes obras no espaço urbanístico da cidade, como a construção da fonte pública, a reforma do edifício da Intendência Municipal e do mercado público, ampliou o calçamento das ruas da cidade, instalou a iluminação pública movida a querosene, organizou a charanga musical e abraçou a ideia da implantação de um grupo escolar no Assú, “sendo esse um acontecimento de alto relevo para a cidade, que já necessitava de um

estabelecimento de ensino à altura do seu desenvolvimento e da sua elevação demográfica” (AMORIM, 1982, p. 44). A administração da construção do grupo escolar ficou sob a responsabilidade do capitão Sebastião Cabral de Macedo.

De acordo com Silva (2004, p. 53), “os municípios que apresentavam interesse em instalar uma escola desse porte precisavam assumir o compromisso com as despesas da construção do prédio”. Além disso, a criação de um grupo escolar era feita por meio da solicitação do intendente do município, associações ou particulares, que se responsabilizavam pelo pagamento do porteiro-zelador, das despesas materiais e de expediente, como a conservação do prédio e o mobiliário. O Estado se responsabilizava pela nomeação e remuneração do professorado.

Durante a administração do Governador Alberto Maranhão foi lançado no dia 11 de agosto de 1911 o decreto nº 254 que criava “na cidade do Assú um Grupo Escolar denominado ‘Tenente Coronel José Correia¹’, compreendendo duas escolas elementares, uma para cada sexo e uma mista infantil” (RIO GRANDE DO NORTE, 1911). Demonstrando o envolvimento do povo assuense com os ideais patrióticos que tomavam conta do país à época “suas portas foram abertas na data em que se comemorava a Independência do Brasil” (BEZERRA, 2006, p. 5), no dia 07 de setembro de 1911.

Arquitetura e pedagogia modernas no Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia

A educação primária que se instituiu nos grupos escolares representa um novo momento das ideias pedagógicas no contexto da história da educação brasileira. Todo o processo de escolarização presente nesse novo espaço é pensado com a finalidade de romper com a imagem arcaica e tradicional dos modelos e métodos das escolas de primeiras letras do período imperial. Os grupos escolares se mostraram uma instituição escolar com traços marcantes, que dispunham de um grande aparato de inovações pedagógicas e arquitetônicas e tinham a finalidade de construir uma nova identidade nacional e um perfil de povo civilizado e letrado formando cidadãos amantes da ordem e do progresso².

Pinheiro (2002, p. 140) esclarece que esses novos espaços de funcionamento do ensino primário apresentavam como principais características físicas prédios projetados com base na

¹ Aos grupos escolares eram atribuídos nomes de homens que ocuparam cargos públicos, senadores, deputados, políticos, barões e coronéis, perpetuando a memória dessas autoridades ilustres.

² De acordo com Pinheiro (2002, p. 162) “A partir da implantação do regime republicano [...], a questão educacional ganhou progressiva centralidade política nos discursos da elite brasileira, chegando, inclusive, a dar o ‘tom’ nas campanhas eleitorais. ‘Educar o povo’ passou a constituir uma das metas mais importantes a ser alcançada por gestores públicos”.

racionalização do espaço interno, com salas de aula amplas, sala de direção e dos professores, além de “secretaria, laboratórios didáticos, museu, biblioteca, áreas de recreação de cuja configuração constavam pátios internos, jardins, largos, refeitório e/ou cantina, quadra para jogos e, posteriormente, campo de futebol”.

Amorim (1982, p. 44), que contava com 12 anos na época da implantação do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, informa que a solenidade de inauguração “foi por demais festiva e teve seletivo comparecimento”. A festa foi destaque na matéria intitulada **A Reforma da Instrução Pública**, do Jornal A República, importante veículo de comunicação de Natal, que circulava em todo o Estado.

A sessão inaugural contou com a participação de algumas autoridades como o coronel Antônio Sabóya de Sá Leitão, presidente da Intendência e representante do Governador do Estado; Dr. José Correia de Araújo Furtado, juiz de direito; coronel Antônio Soares de Macedo; capitão Ezequiel Epaminondas da Fonseca, delegado escolar; Palmério Filho e Otávio Amorim, representantes da cidade; além de distintas famílias e cavalheiros. (A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1911).

Segundo a matéria, a festa de inauguração contou com uma série de discursos que enaltecia o novo modelo de educação proposto pelo ideário republicano. Em seu discurso, por exemplo, o professor Anphilóquio Câmara abriu a sessão de inauguração enaltecendo a reforma da instrução pública realizada na época pelo governador Alberto Maranhão e mostrava “os erros e prejuízos existentes no sistema de ensino de outrora e os meios de evitá-los”, referindo-se ao modelo educacional aplicado no período imperial, “passando em seguida a dissertar sobre as três espécies de educação, física, moral e intelectual e explicando como deveria ser ministrado o ensino moderno nos novos grupos escolares”. No encerramento da sessão, o professor Anphilóquio Câmara “congratulou-se com o povo assuense pela inauguração do Grupo Escolar, que vinha a ser um atestado bem eloquente do amor e dedicação dados aquela terra pelos espíritos esclarecidos e progressistas do Dr. José Correia e Cel. Antônio Saboya”. (A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1911).

As falas do professor Anphilóquio expressam a importância que vinha sendo dada em todo o país aos grupos escolares como espaço pedagógico moderno, mas também expressam a dedicação e visão progressista que tomava conta dos representantes políticos no início do século XX, principalmente em relação aos documentos que reestruturavam a instrução primária e orientavam o funcionamento dos grupos escolares.

A exposição do professor sobre as três espécies de educação ofertadas nos grupos escolares, por exemplo, está embasada no decreto n° 239 de 15 de dezembro de 1910.

Segundo o artigo 9º do documento (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 120) “A instrução infantil e elementar, será proporcionada às condições physio-psychologicas do educando, com o tríplice fim intelectual, moral e physico, consoante á pedagogia experimental e processos da pedagogia”.

As inovações do ensino presentes nos grupos escolares diferenciavam-se dos modelos anteriores por contar com um corpo de funcionários comprometidos com a qualidade da educação e que deveriam trabalhar respeitando as orientações estipuladas nos documentos reguladores. Souza (1998, p. 62), afirma que os grupos escolares foram “responsáveis por uma nova organização do trabalho e pela distribuição interna do poder dentro da escola”.

A Diretoria Geral do Departamento de Educação concebia nos documentos e planos de ensino discussões sobre a arquitetura dos prédios escolares destacando a localização, tamanhos, distribuição de salas, iluminação, aeração dos espaços e equipamentos com o intuito de substituir a imagem das escolas de primeiras letras que funcionavam nas residências dos professores, em galpões ou casebres e que existiam em função do professor, pois, se ele fosse transferido, a escola também seria transferida. Da mesma forma, se ele fosse destituído do cargo ou morresse, a escola fechava.

Azevedo e Stamatto (2012, p. 54), observam que a partir do estabelecimento de um prédio para o funcionamento da escola, em caso de qualquer eventualidade com o professor “a instituição escolar continuava presente na comunidade, não pela ação do mestre, mas pela presença suntuosa do edifício onde funcionava a aula”. Moreira (2005, p. 40), também afirma que o funcionamento da escola em um prédio apropriado e dotado de amplas instalações também elevava “os edificios escolares à altura da importância atribuída à educação nas primeiras décadas do período correspondente à República Velha”.

Sobre o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, a matéria do Jornal A República (A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1911), informa que “O belo e elegante edifício do grupo está situado na Rua São Paulo, em lugar seco e elevado, afastado do centro e de grande atividade comercial e quase no meio de uma área de 52 metros de largura, por 65 metros de comprimento” com “orientação para o norte e mede 14m.50 de largura por um comprimento de 17m.50 e 14m.30 de altura”. A nota destaca ainda as divisões internas do grupo escolar:

O edifício grupal tem todos os compartimentos exigidos por lei e em muito boas condições. São eles: três salas de aula, 1 no centro (a infantil) com 4m.25 de largura, 7m.10 de comprimento e 4m de altura; uma esquerda, lado oeste (classe elementar masculina) medida 8 metros de comprimento por 4m.45 de largura, e uma outra a direita, do lado nascente, que é a sala da classe elementar feminina tendo as mesmas dimensões da elementar

masculina; dois vestiários, lado do norte, continuação das salas d'aula elementar, medindo cada um 4m.45 de largura por 5m.25 de comprimento; um gabinete para a diretoria e arquivo, com 2m.70 de comprimento e 4m.25 de largura, e mais um salão colocado no lado ao sul, que se presta perfeitamente ao funcionamento de uma aula com bancos individuais, tendo 2m.70 de largura por 13m.60 de comprimento correspondendo está extensão a largura do prédio. Em todos esses compartimentos há luz e ar suficientes, as duas questões capitais a se resolver no estabelecimento de ensino, pois crescido é o número de aberturas, portas e janelas, que o edifício oferece (A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1911).

O lado do ocidente do grupo também apresentava cinco janelas e uma porta no centro “que dá passagem para o recreio dos meninos; para o nascente o mesmo número de janelas e porta, que facultam a fiscalização de ambos os recreios, e para o norte, a classe infantil tem uma porta e cada vestiário duas janelas”. Ainda sobre as áreas destinadas ao recreio “são muito espaçosas e divididas por um muro ao meio, com divisão para ambos os sexos, sendo alpendradas”. (A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1911).

O novo cotidiano escolar da escola primária republicana traz a preocupação com a higiene e a formação de um povo ordeiro, educado, organizado, limpo não só fisicamente como também mentalmente. Segundo o Regimento Interno dos Grupos Escolares (RIO GRANDE DO NORTE, 1925, p. 18), em seu artigo 39, “Antes do início dos trabalhos de cada dia, haverá revistas de asseio não só do corpo, como das roupas” e expressa que era uma das funções do professor “providenciar para que seja sanada qualquer falta que encontrar” sem expor o aluno ao ridículo.

As orientações existentes nos documentos relacionadas aos cuidados com o corpo, com a saúde e a higiene física e mental exerciam diversas funções e contribuía para acabar com os vícios, cultivar e promover atitudes saudáveis e de higiene e prevenir doenças desde a infância. Além disso, também existia o objetivo premente de desenvolver hábitos de civilidade e urbanidade necessários para a vida em uma sociedade moderna que o governo republicano buscava formar.

Até mesmo o planejamento arquitetônico dos grupos escolares deveria possibilitar a formação de hábitos de higiene, de moralização e de controle. Para Azevedo e Stamatto (2012, p. 29) a arquitetura dos prédios escolares pode ser considerada um elemento curricular, “visto que seus efeitos se voltavam para a organização disciplinar e a especialização de sujeitos e práticas, condicionando mentes e comportamentos”. Sobre o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, a matéria do Jornal A República (1911) destacava que:

O grupo está erguido do nível do solo um metro e 90 tendo uma escadaria de sete degraus, que dá subida em frente para a aula mixta nos lados para os vestuários o porão sobre que está posto o pavimento assoalhado do edifício,

possui muitos ventiladores, de sorte que, na parte inferior do prédio, o ar renova-se bem, não causando prejuízo a saúde dos que diariamente vem ao grupo. No salão do gabinete do Diretor há uma escadaria em forma de espiral, dando acesso a um sótão de um dos salões que tem 10m.10 de comprimento por 4m.25 de largura, com cinco janelas para o oeste, outras 4 para leste e duas portas com varandas para sul e mais duas para norte.

As latrinas estão construídas de conformidade com o que recomenda o art. 50 do Cód. de Ensino, tendo uma, a dos meninos 5,50 metros de comprimento e 2,50 metros de largura e outra, a das meninas, 3 metros de largura e 5,50 metros de comprimento.

Percebemos na nota que o prédio do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia seguia as orientações do Regimento Interno dos Grupos Escolares e demonstrava ser um ambiente favorável por contar com uma grande quantidade de janelas que favorecia a circulação do ar no ambiente, além de contar com ventiladores. Essa orientação para a circulação do ar era necessária inclusive para evitar a proliferação de possíveis doenças no espaço escolar. Os cuidados com as concepções de higiene e saúde também ficam evidentes na descrição das latrinas, construídas em conformidade com as recomendações do código de ensino.

A percepção desses elementos que preconizavam hábitos saudáveis e higiênicos também exerciam sobre os alunos um papel pedagógico e disciplinar sendo levados inclusive para a convivência fora do espaço escolar. De acordo com Azevedo e Stamatto (2012, p. 31), os diversos princípios higienistas presentes tanto na arquitetura quanto nas práticas escolares “possibilitariam às crianças o contato com um ambiente confortável e permeado de influências positivas para o seu processo de formação, aspectos nem sempre presentes em suas próprias residências”.

Considerações

Neste trabalho, analisamos o processo de implantação do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia como um equipamento educacional de arquitetura moderna na cidade do Assú, localizada no interior do Rio Grande do Norte. Esses espaços educacionais inovadores foram criados no estado de São Paulo a partir dos primeiros anos de 1890 representando uma proposta educacional e pedagógica moderna à época, implantada pelo governo republicano. O modelo vigente no estado expandiu-se por todo o Brasil, sendo construído nas principais cidades e vilas. As instituições educacionais diferenciavam-se do modelo escolar imperial, as escolas de primeiras letras, que funcionavam geralmente nas residências dos próprios professores.

O Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia foi inaugurado no Assú no dia 07 de setembro de 1911, período em que a cidade passava por um importante processo de modificações em seu espaço urbano impulsionado pelo crescimento da economia local, dado que era uma das principais produtoras de algodão e cera de carnaúba no interior do Rio Grande do Norte. A construção de um grupo escolar na cidade denota esse crescimento, pois esses equipamentos educacionais modernos e inovadoras foram implantados inicialmente em áreas de desenvolvimento econômico crescente e acelerado, fazendo parte das modificações e melhoramentos provocados nos espaços urbanos.

O prédio construído para o funcionamento do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia contava com um espaço arquitetônico projetado de forma ampla e arejada, favorecendo a entrada da iluminação e ventilação por meio de janelas extensas; com salas de aula distintas para o sexo masculino e feminino; salas de direção e dos professores, contribuindo para um novo perfil e formas de relação entre esses profissionais; latrinas e demais acessórios voltados para a preocupação com a higiene e a saúde dos alunos; pátios para a prática de recreios e atividades físicas; entre outros elementos importantes que denotam a sua importância no centro educacional da Primeira República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Francisco. **Assú da minha meninice (Memórias)**. Natal, RN: Editora Clima, 1982.

A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA: “Os Grupos Escolares”. **Jornal A República**. 09/09/1911. Natal.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Escola da Ordem e do Progresso: Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte**. Brasília: Liber Livro, 2012.

BEZERRA, Ivan Pinheiro. **Assú – Dos Janduis ao sesquicentenário**. Mossoró: Queima-Bucha, 2010.

_____. **Escola José Correia – 95 anos de glória**. Tribuna do Vale do Açu. 02/09/2006. Assú.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade educacional: Grupo Escolar “Augusto Severo” – Natal/RN (1908-13)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto n° 239 de 15 de dezembro de 1910.** Baixa o Código de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte. Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 15 de dezembro de 1910.

_____. **Decreto n° 254, de 11 de agosto de 1911.** Cria na cidade do Assú o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 11 de agosto de 1911.

SILVA, Maria da Conceição Farias da. **O Curso Normal de 1° Ciclo em Assú/RN (1951/1971).** Tese (Doutorado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011.

_____. **Reconstruindo práticas: significações do trabalho de professoras na década de 1920.** Dissertação. (Mestrado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).** São Paulo: Editora Unesp, 1998.